



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 21 de abril de 2012

A CRÍTICA

sim & não 1
OPINIÃO

AMAZONAS EM TEMPO

Polo naval fica para 2014 2
ECONOMIA

DIÁRIO DO AMAZONAS

Comércio ameaça elevar preços para cobrir perdas com greve de auditores 3
ECONOMIA

sim & não

Resolução 72 atiza conflito doméstico

O senador Eduardo Braga (PMDB), relator da Resolução 072 que unifica o ICMS dos produtos importados, pediu que sua assessoria especializada ligasse para a coluna e sustentasse que o projeto “é excelente para o Amazonas”. Procurados, líderes empresariais que não querem se expor no debate, contestam: “é prejudicial!”

No entendimento da assessoria de Braga, qualquer alteração no texto será preciosismo. Os empresários, porém, alegam: “será fundamental!”

Sugestões Do lado de Braga, percebe-se que ele poderá incluir uma emenda à matéria, que a chamam de “ressalva”. Os empresários sustentam que o melhor que o senador tem a fazer é retirar a alteração que ele apresentou ao texto original, que tratava apenas de produtos acabados.

Prazo O detalhe de toda essa polêmica é que o conflito entre as partes precisa ser resolvido até segunda-feira; porque na terça-feira a Resolução 072 será votada com selo de urgência.

Faxina Indicada pelo bloco PT, PCdoB, PSB e PRB para compor a “CPI do Cachoeira” como titular da comissão, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) disse que defende uma

Polo naval fica para 2014

ANWAR ASSI
Equipe EM TEMPO

Com investimentos de R\$ 1 bilhão, o governo do Amazonas vai tirar do papel, este ano, o projeto de implantação do polo naval — aposta do Estado para gerar 20 mil empregos diretos. A perspectiva da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan) — gestora do projeto — é a entrega da primeira etapa em 2014.

A construção de uma área de 38,8 quilômetros quadrados, próxima ao lago do Puraquêquara, está prevista para iniciar até o final deste

ano, conforme informações da Seplan. O local abrigará dois grandes estaleiros, seis médios e 60 outros; entre estaleiros de pequenos e médios portes, que vão atuar nos serviços de reparos, náuticas e demais segmentos da cadeia produtiva naval. "Caso o projeto falhe, a culpa é minha", afirmou o titular da Seplan, Aírton Claudino, ao se colocar como "fiador" do sucesso de implantação do polo naval do Estado, durante reunião, na última quinta-feira, na Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam).

Para o Sindicato da Indústria da Construção Naval de Manaus (Sindnaval), a implantação do segmento vai

CENÁRIO

Hoje, o polo naval é composto por 60 empresas, das quais 18 são informais, e empregam aproximadamente sete mil trabalhadores. No ano passado, o segmento cresceu 10% no Estado

fortalecer o setor que, hoje, está desorganizado e precisa de investimentos. Segundo o Sindnaval, o polo naval é composto por 60 empresas, das quais 18 são informais, e empregam em torno de sete mil pessoas. No ano passado,

o setor cresceu 10% no Amazonas. A previsão é que o polo naval cresça 15% em 2012.

Arranjo produtivo

O secretário executivo da Coordenadoria de Projetos da Rede de Arranjos Produtivos Locais (APLs), Carlos Araújo Rocha, destacou que o complexo industrial naval do Amazonas é um projeto que vai trazer grandes oportunidades como o aumento da receita em impostos e a geração de novos negócios, emprego e renda para o Amazonas. "A implantação do Polo da Industrial Naval do Amazonas conta com apoio de 32 ministérios do governo federal", frisou o secretário.

Em defesa da competitividade

Na mesma reunião na Fieam, outro assunto referente à economia local foi tratado: a competitividade do modelo. Segundo o advogado tributarista Luiz Felipe Osório, as empresas devem lutar judicialmente para que os direitos garantidos para a Zona Franca de Manaus (ZFM), por meio da Constituição Federal e de decretos, sejam mantidos.

O comentário dele foi feito em referência a decisão do Superior Tribunal de Justiça

(STJ) que concedeu à Samsung isenção do pagamento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para produtos destinados à ZFM. "A ZFM sofre ataques e precisamos nos defender. Deixo o recado para que todos busquem essa defesa, sensibilizando Brasília quanto aos nossos interesses", avaliou o advogado da Andrade & Câmara Advogados.

Comércio ameaça elevar preços para cobrir perdas com greve de auditores

Lojistas de Manaus estão preocupados com o desempenho das vendas para o Dia das Mães

TEXTO Laís Motta
FOTO Eraldo Lopes

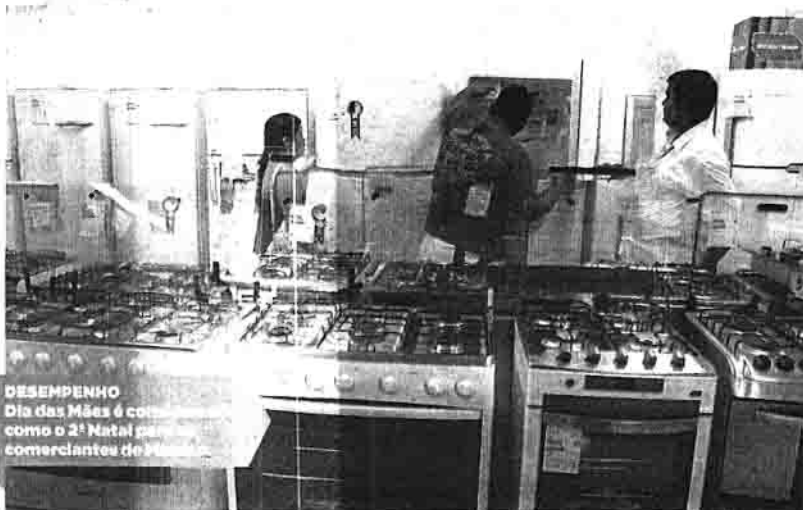
MANAUS

A paralisação dos auditores da Receita Federal deve prejudicar as vendas do Dia das Mães, limitando a quantidade de produtos disponíveis aos consumidores. A avaliação é do presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL-Manaus), Ralph Assayag, que afirmou ainda que o prejuízo irá refletir sobre o preço dos produtos afetando o bolso do consumidor final.

O órgão projeta que o Dia das Mães movimentará aproximadamente R\$ 138,4 milhões na economia local, o que não será possível caso as paralisações continuem a ocorrer. "É difícil calcular o valor do prejuízo, mas sabemos que se ficar 10, 20, 30 dias parado, o valor será repassado ao consumidor", afirma. Ralph explica que quanto mais tempo a carga fica parada nos postos alfandegários, maiores são os gastos do importador.

Ralph ressalta que a "parada" dos auditores fiscais também prejudica o equilíbrio de oferta entre produtos importados e nacionais.

"São produtos que poderiam ser colocados à venda e



DESEMPENHO
Dia das Mães é considerado como o 2º Natal para os comerciantes de Manaus.

Na próxima semana, a CDL Manaus pretende fazer uma reunião com os auditores fiscais a fim de buscar uma solução para "proteger" o comércio dos efeitos das paralisações.

OS NÚMEROS

R\$ 138,4 mi

é o movimento esperado pelos lojistas este ano com as vendas para o Dia das Mães, segundo estimativa da CDL Manaus.

não serão", disse.

A paralisação preocupa os lojistas da cidade que avaliavam o Dia das Mães como o

"segundo Natal" para o comércio.

O gerente regional da City Lar, Daniel Sampaio, demonstra preocupação com a operação dos auditores da Receita. "Nós estamos com uma certa preocupação sim, porque se continuar, vai nos causar transtorno", afirma. Segundo Sampaio, o faturamento da loja cresce entre 20% a 30% com o Dia das Mães.

O gerente destaca que os produtos mais vendidos são

lavadoras, micro-ondas, TVs e utensílios domésticos como multiprocessador. "A maioria desses produtos vem pelo Porto, daí a nossa preocupação", explicou.

A presidente da Associação dos Lojistas do Amazonas Shopping Center (Alasc), Mercedes Braz, disse que o prejuízo sempre acaba no "bolso do empresário". "Tudo o que é feito desse jeito nos atrapalha mais do que somos atrapalhados", afirmou.

PERDAS DIÁRIAS

Prejuízo de US\$ 150 mi para o PIM

Os auditores fiscais da Receita Federal do Brasil no Amazonas suspenderam, na última quinta-feira, os desembarques de mercadorias e do trânsito aduaneiro em Manaus. A ação é uma advertência para que o governo federal atenda às reivindicações da categoria, que pleiteiam aumento de 30,19% nos salários, que são de R\$ 13 mil, maior quantitativo de auditores, porte automático de arma e adicional de fronteira e de zona inóspita (local isolado sem infraestrutura).

A "parada" dos auditores também vai trazer prejuízos para a indústria. Serão US\$ 150 milhões em prejuízo para o Polo Industrial de Manaus (PIM) por dia, segundo avaliou o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco.

Périco afirma que a categoria já prometeu entrar em greve a partir de 11 de maio, caso não haja negociação.

No Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, o desembarque internacional de passageiros que já é complicado tem ficado ainda pior com as constantes operações padrões dos auditores.